

ILIDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Demonstrações Financeiras Individuais Pequenas Entidades

Exercício 2015

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

- Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015
- Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2015
- Anexo

1. Nota introdutória.....	4
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
3. Principais políticas contabilísticas	5
4. Ativos fixos tangíveis	6
5. Custo de empréstimos obtidos	8
6. Rédito:	8
7. Imposto sobre o rendimento.....	9
8. Instrumentos financeiros.....	9
8.1 Alterações do capital próprio;.....	9
9. Benefícios dos empregados.....	9
10. Outras informações.....	9
11. Prestações do serviço de mediação de seguros ou de resseguros	10

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

ILIDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015**

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Empresa ILIDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA foi constituída em 1982, tem a sua sede na Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro , 89, Parede. A Empresa tem como atividade principal a mediação de seguros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2015 as demonstrações financeiras da ILIDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), publicada pelo Aviso nº15654/2009, de 7 de Setembro, aprovado pelo Decreto Lei nº 158/2009 de 13 de Julho.

Foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mesuração o custo histórico.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, o euro é a moeda funcional, e foram preparadas tendo por base o modelo do custo.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	
Ferramentas e utensílios	
Equipamento administrativo	3-10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.6. Capital social

As quotas são classificadas em capital próprio.

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito, quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1 Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se procedeu à alteração de políticas contabilísticas nos períodos apresentados.

4.2 Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Não se procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no exercício ou em exercícios futuros.

4.3 Erros de períodos anteriores

Não foi identificado no exercício corrente qualquer erro relativo a exercícios anteriores passível de correção.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2014 e de 2015 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01- Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31- Dez-2013
Custo:						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	116.313,43	-	-	-	-	116.313,43
Outros ativos fixos tangíveis	1.815,77	-	-	-	-	1.815,77
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	118.129,20	-	-	-	-	118.129,20
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	114.028,81	657,40	-	-	-	114.686,21
Outros ativos fixos tangíveis	1.603,09	141,53	-	-	-	1.744,62
	115.631,90	798,93	-	-	-	116.430,83

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01- Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31- Dez-2014
Custo:						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	116.313,43	-	-	-	-	116.313,43
Outros ativos fixos tangíveis	1.815,77	-	-	-	-	1.815,77
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	118.129,20	-	-	-	-	118.129,20
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	114.686,21	657,40	-	-	-	115.343,61
Outros ativos fixos tangíveis	1.744,62	71,16	-	-	-	1.815,78
	116.430,83	728,56	-	-	-	117.159,39

5. Custo de empréstimos obtidos

	2015			2014		
	Quantia Bruta	Custo de empréstimos capitalizados	Taxa de capitalização	Quantia Bruta	Custo de empréstimos capitalizados	Taxa de capitalização
Empréstimos Obtidos	24.541,72	-	-	32.896,33	-	-
	24.541,72	-	-	32.896,33	-	-

6. Rédito:

	31-dez-15	31-dez-14
Venda de bens:		
Vendas de mercadorias e produtos	-	-
Devoluções de vendas	-	-
Descontos e abatimentos	-	-
Total de vendas	<u>-</u>	<u>-</u>
Prestação de serviços		
Comissões	295771,81	310894,03
Descontos e abatimentos	-	-
Total de prestação de serviços	<u>295771,81</u>	<u>310894,03</u>
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em associadas	-	-
Outros	8	-
Total de outros rendimentos e ganhos	<u>8</u>	<u>0</u>
Juros dividendos e outros rendimentos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total de juros, dividendos e outros rendimentos	<u>-</u>	<u>0</u>

7. Imposto sobre o rendimento

	31-dez-15		31-dez-14	
	Base Fiscal	Imposto	Base Fiscal	Imposto
Lucro ou prejuízo fiscal	21.590		6.446	
Diferenças temporárias	-		-	
Diferenças permanentes	5.930		3.443	
Resultado antes de impostos	<u>15.660</u>		<u>3.003</u>	
Encargo normal de imposto		3.934		274
CFEI		(77)		(192)
Derrama		270		80
Tributação autónoma		1.726		1.622
Total de Imposto		<u>5.853</u>		<u>1.785</u>

8. Instrumentos financeiros

8.1 Alterações do capital próprio;

	Valor Inicial	Aumento	Diminuição	Valor final
Capital	50.000	-	-	50.000
Quotas próprio	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio	70.000	-	-	70.000
Prémios de emissão	-	-	-	-
Reservas	14.964	-	-	14.964
Resultado transitados	(104.048)	3.003	-	(101.045)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		5.930	-	5.930
	30.916	8.933	-	39.849

9. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o ano foi de 6.

10. Outras informações

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Prestações do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

a) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Ilídio Maia Casais Corretores de Seguros Lda, reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admitindo exceções – no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas do mediador às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo;

Por natureza	Remunerações	
	Ano N	Ano N-1
Numerário		
Espécie		
Total		

Por tipo	Remunerações	
	Ano N	Ano N-1
Comissões	295.771,81 €	310.894,03 €
Honorários		
Outras remunerações		
Total	295.771,81 €	310.894,03 €

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguros desagregados por Ramo Vida, fundos de Pensões e conjuntos Não vida, e por origem;

Por entidade (origem)	Remunerações		
	Ramo Vida	Ramo não vida	Fundo de pensões
Empresas de seguros	18.358,27 €	277.413,54 €	
Outros mediadores			
Clientes (outros)			
Total	18.358,27 €	277.413,54 €	

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira;

Por entidade (origem)	Remunerações %	
	Ano N	Ano N-1
Empresas de seguros	99,28%	99,37%
Outros mediadores	0,72%	0,01 €
Clientes (outros)		
Total		

e) Valores das contas “clientes”;

Contas "clientes"	Valores das contas de "clientes"	
	Ano N	Ano N-1
Início do exercício	2.062,71 €	3.480,53 €
Final do exercício	5.040,72 €	2.062,71 €
Volume movimentado no exercício	302.029,11 €	329.998,60 €
A débito	300.526,88 €	330.063,72 €
A crédito	297.483,75 €	331.481,54 €

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem;

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros		
Empresas de resseguros		
Outros mediadores		
Clientes (outros)	53.947,15 €	15.095,16 €
Total	53.947,15 €	15.095,16 €

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar;

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)		
Fundos em cobrança às empresas de seguros, que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro		
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		
Outras quantias	53.947,15 €	15.095,16 €

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato;

Contas a receber	Ano N-1	Ano N
Sem imparidade	- €	- €
Com imparidade	- €	- €
Total	- €	- €

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito;

	valor	
	Ano N-1	Ano N
Garantias (caução)/aumento de crédito	- €	- €

J) Transmissão de carteiras de seguros;

	Carteiras de seguros			
	Transmissões recebidas		Transmissões efectuadas	
	Ano N-1	Ano N	Ano N-1	Ano N
Carteiras de seguros				

K) Contratos cessados com empresas de seguro e indemnização de clientela;

	Indemnização de clientela	
	Ano N-1	Ano N
Contratos de mediação de seguros cessados	- €	- €

L) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes;

	Obrigações materiais	
	Ano N-1	Ano N
Obrigações materiais	- €	- €

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corrector de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total de remunerações;

	Remunerações			
	Ramo Vida/Não Vida/Fundos de pensões			
	€		%	
	Ano N-1	Ano N	Ano N-1	Ano N
Empresas de seguros				
Victoria RR	149.681,39 €	142.225,33 €	48,15%	48,09%
Lusitânia	31.990,90 €	29.919,20 €	10,29%	10,12%
Ocidental	22.091,38 €	21.501,06 €	7,11%	7,27%
Generali	3.409,12 €	3.019,22 €	1,10%	1,02%
Açoreana	16.371,00 €	12.144,27 €	5,27%	4,11%
Victoria Vida	30.911,68 €	17.273,12 €	9,94%	5,84%
Fidelidade+ Bonança	10.354,07 €	9.259,04 €	3,33%	3,13%
Liberty	38.872,93 €	43.713,03 €	12,50%	14,78%

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgado poderes de cobrança;

	Valor total dos fundos	
	Ano N-1	Ano N
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corrector não tem poderes de cobrança	- €	- €

	Valor total dos fundos	
	Ano N-1	Ano N
Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	- €	- €

p) Valor total dos fundos que lhe foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas;

	Valor total dos fundos	
	Ano N-1	Ano N
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	- €	- €